



O TRABALHO COLABORATIVO DA GESTÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DIGITAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – REVISÃO DE LITERATURA

Marcia Regina Santos de Oliveira

Universidade Metropolitana de Santos (Unimes)

portmar.reg@gmail.com

Juliana Fonseca de Oliveira Neri

Universidade Metropolitana de Santos (Unimes)

juliana.neri@unimes.br

Resumo: Esta revisão de literatura, parte de pesquisa de mestrado profissional em andamento, procurou investigar as recentes produções científicas sobre as práticas docentes referentes à educação digital publicadas nos últimos três anos, observando a importância do letramento digital na formação dos professores para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Após estudo bibliográfico de artigos, teses e dissertações, concluiu-se que todas as referências a letramento e letramento digital estão baseadas na pedagogia crítica e nos fundamentos filosóficos do letramento crítico com a inserção de novas tecnologias. Logo, é necessário implementar ações sistemáticas de formação continuada de professores no Ensino Fundamental, especialmente nos anos iniciais, momento em que se consolida a alfabetização, buscando a reformulação dos paradigmas do próprio docente e da instituição de ensino, visto que o uso intencional das TDIC no cotidiano escolar possibilita a realização de experiências inovadoras e bem-sucedidas no contexto educacional. Os professores precisam estar cientes da diversidade de gêneros discursivos, linguagens e ferramentas digitais empregados pelos alunos, a fim de se conectar de modo criativo e autônomo, no dia a dia escolar.

Palavras-chave: Educação digital. Formação de professores. Letramento digital. Anos iniciais.

1. INTRODUÇÃO:

Xavier e Prass (2022) afirmam que a sociedade contemporânea subsiste em constante conexão com a mídia, logo, equipamentos eletrônicos, como os computadores e *smartphones*, são considerados bens móveis imprescindíveis. Na educação, os avanços tecnológicos trazem constantes desafios aos professores, uma vez que as gerações que ora se encontram nas salas de aula da Educação Básica nasceram imersas no meio digital (Tezani, 2017).



Pretende-se com esta revisão verificar na literatura acadêmica recente a relevância do letramento digital na formação dos professores, além de contextualizar o letramento digital e analisar as práticas dos professores com as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). Por conseguinte, o coordenador pedagógico pode ter elementos mais concretos para fomentar processos formativos que colaborem com avanços na prática docente (Martins, 2018), buscando aprimorar o processo de ensino-aprendizagem e garantindo aos estudantes condições de participar ativamente da vida em sociedade, como cidadãos críticos e reflexivos.

2. PROBLEMA:

Em uma sociedade em que o conhecimento está em constante evidência, a educação impõe utilizá-lo como favorecimento para uma nova abordagem de ensino, em que componentes tecnológicos são implementados no ambiente escolar para facilitar o acesso à informação e reconhecer o quanto reflete na vida social e econômica da população.

Nessa ótica, a investigação das políticas curriculares voltadas às práticas docentes fomentadas pelo viés tecnológico é crucial para a consolidação dos direitos públicos subjetivos do cidadão em exercer com liberdade suas aptidões para a construção e aquisição de saberes, para aprender com sentido e significado real.

Para tanto, o docente deve buscar utilizar os mais atuais meios de informação tecnológica para promover a construção do conhecimento mediante a interação aluno-tecnologia. Considerando as realidades de cada comunidade escolar, ou seja, mesmo aquelas que possuem equipamentos para uso pedagógico esbarram no frágil repertório docente para a promoção de práticas que despertem o interesse e o engajamento dos estudantes. Assim, a pesquisa busca responder a indagação: *De que forma o coordenador pedagógico pode contribuir para que os docentes dos anos iniciais do ensino fundamental desenvolvam práticas que ampliem o acesso e a criticidade discente fazendo uso das tecnologias que embasam a educação digital e suas disposições?*

O propósito da pesquisa é desvelar os meandros de tal indagação para que possamos avançar nos preceitos de equidade social e educacional.

3. MÉTODO:

Trata-se de pesquisa bibliográfica narrativa (Rother, 2007), de abordagem qualitativa, que compõe uma pesquisa de mestrado profissional em andamento. Para tal, busquei contribuições das temáticas “letramento digital” e “educação digital” na formação de professores em artigos científicos, teses e dissertações disponíveis nas bases de dados do Google Acadêmico e no banco de teses e dissertações da Capes. As buscas foram realizadas no período de 30 de agosto a 15 de setembro de 2023.

Foram incluídos os textos em língua portuguesa publicados entre 2020 e 2022, resultantes da busca no Google Acadêmico e no banco de teses e dissertações da Capes. As palavras-chave combinadas na busca foram: anos iniciais; educação digital; formação de professores; letramento digital; TIC e TDIC.

Foram excluídas as publicações anteriores a 2020, bem como estudos relacionados à Educação Infantil, aos Anos Finais do Ensino Fundamental, ao Ensino Médio, à Educação de Jovens e Adultos, e aqueles cujo foco não eram as tecnologias digitais no ensino e que não versavam a inovação pedagógica com tecnologia.

A partir da combinação “letramento digital e formação docente”, foram encontrados 16 resultados no Google Acadêmico. Para a combinação “TDIC nos anos iniciais”, foram apontados cinco resultados. Na busca pelo termo “educação digital”, foram encontrados estudos que abordam a educação básica em tempos pandêmicos e no ensino superior, e, por não fazerem parte do tema desta pesquisa, foram excluídos.

4. DISCUSSÃO:

As publicações analisadas trazem, em consenso, o conceito de letramento como prática social, considerando-se sua associação à concepção de alfabetização, uma vez que ambas colaboram com a formação do leitor (Soler, 2017 *apud* Martins *et al*, 2022). Todavia, é



preciso reconhecer que o ato de letrar é muito mais amplo que o ato de alfabetizar, porque o sujeito alfabetizado é aquele que aprendeu a ler e a escrever, já o sujeito letrado é aquele que desenvolve continuamente suas competências de leitura e de escrita nas diversas práticas sociais em que esteja inserido (Kleiman, 2014 *apud* Martins *et al*, 2022), o que caracteriza o leitor crítico.

O artigo de Costa e Ferreira (2020) aponta em sua revisão sistemática que de 2015 a 2019 as metodologias mais usadas foram o *B-learning* e o *M-learning*, termos advindos do inglês, *blended learning* (ensino híbrido) e *mobile learning* (ensino remoto). A concepção de ensino híbrido aqui é a de que as aprendizagens ocorrem de forma complementar, em casa e na escola. O estudo revelou ainda as ideias sobre alfabetização e letramento digital, até então usadas como sinônimos no Brasil e que são muitas as chances de melhoria na aprendizagem quando se utiliza a tecnologia como recurso educacional, contudo considera pequena a quantidade de publicações sobre o tema.

Moreira e Schlemmer (2020) apresentam o conceito de *eLearning*, inicialmente, como possibilidade de ensino a distância, com Rosemberg (2001), e depois com Masie (2002), que destaca o uso da tecnologia para gerir, desenhar, distribuir, selecionar, transacionar, acompanhar, apoiar e expandir a aprendizagem, e de Paulsen (2002), que destacava, na época da publicação, a disponibilização de conteúdos por meio de tecnologias em rede (Internet, Intranet) ou em suporte local (CD-ROM). Após discorrerem sobre os conceitos de ensino a distância (EaD), educação *on-line*, *web-based learning*, *open learning*, os autores chegam à concepção de *blended learning*, como um misto entre a sala de aula presencial e a sala de aula a distância. Na sequência, trazem o conceito de educação híbrida, apontando a mescla entre recursos físicos e digitais no mesmo ambiente. O artigo termina com a proposta de um novo paradigma, de educação digital *on-life*, termo que funde as palavras “on-line” e “life”, do inglês, que significam respectivamente, “conectado à Internet” e “vida”, apoiando-se na ideia de que atores humanos e não humanos que estão em comunicação direta se afetam mutuamente (Moreira; Schlemmer, 2020, p. 23).

Martins *et al* (2022) destaca o letramento digital como ferramenta de comunicação e/ou redes para acessar, gerenciar, integrar, avaliar e criar informação para funcionar em

uma sociedade de conhecimento. Ser letrado digitalmente significa saber transitar nas dimensões operacionais, socioculturais e críticas por meio das novas tecnologias. Portanto, o letramento digital presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) exige que as escolas e os professores considerem novos surgimentos de tecnologia e outras práticas sociais (Costa; Ferreira, 2020).

A utilização dos conhecimentos das TDIC na prática pedagógica deve ser feita de modo racional e contextualizado, observando as necessidades da comunidade escolar. É importante que as escolhas sejam feitas pensando que aula queremos ministrar e, principalmente, que cidadão queremos formar, quais recursos tecnológicos disponíveis e quais impactos positivos na aprendizagem, fugindo do uso da tecnologia atrelado a metodologias mecânicas.

Duarte (2022, p. 75) destaca que as relações educativas são impactadas pela tecnologia mesmo quando não estão instaladas no ambiente escolar. Isso porque o uso de redes sociais, *games* e o acesso às informações demandam repensar a aprendizagem docente e discente.

Em todas as pesquisas analisadas há também o consenso acerca dos benefícios do letramento digital: professores mais preparados para elaborar aulas e materiais mais interessantes, uso correto dos canais de comunicação (seguros, com informações confiáveis), produção de conteúdo, participação e engajamento em comunidades e redes, pessoas autônomas e racionais, inclusão social. No entanto, muitas vezes essa qualificação em letramento digital não é alcançada de modo autodidata no ambiente escolar. Daí a necessidade da formação continuada.

Duarte (2022) entende que a formação continuada do professor deve ser compreendida como uma ação intrínseca do fazer pedagógico, pois é um momento no qual a teoria e a prática alinham-se em direção ao desenvolvimento profissional. A troca entre os pares pode propiciar momentos ricos de interação e partilha de saberes. Afinal, o espaço de trabalho onde os docentes atuam é um contexto gerador de temas a serem desenvolvidos e que têm relação direta com os seus saberes.



Com relação às políticas públicas, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) promete ampliar a oferta de formação inicial e continuada para os profissionais da educação e dispõe em sua meta 7 “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades [...]”. Essa meta prevê a inserção e uso das TIC, que consistem em incentivar e prover o desenvolvimento e uso de tecnologias educacionais nos níveis básicos de educação, incentivar práticas pedagógicas e fornecer infraestrutura de recursos tecnológicos (Brasil, 2014, p. 61).

A legislação atual que versa sobre o tema desta pesquisa constitui-se no complemento da BNCC, intitulado BNCC – Computação, publicado em novembro de 2022, e na Lei 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital.

A análise da pesquisa bibliográfica e da legislação demonstra que a formação continuada do professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental, na perspectiva da educação digital, faz-se necessária para que este compreenda a urgência da mudança de paradigma curricular e passe a promover experiências inovadoras para si e para as crianças, buscando construir práticas pedagógicas significativas, inclusivas e mais condizentes com as necessidades da sociedade atual.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A contemporaneidade nos exige a cada dia mais saber, mais agilidade em nosso raciocínio lógico, maior capacidade argumentativa e interpretativa e repertório cultural amplo. Apesar de estarem relativamente ao alcance das mãos, como uma analogia a todo tipo de informação disponível, as atividades sociais vêm se modificando em decorrência dos avanços das tecnologias, o que evoca a necessidade de um acompanhamento do uso dessas mídias em todos os segmentos que envolvem as relações humanas, principalmente na esfera educacional. Entretanto, na educação, observa-se ainda pouca utilização das multimídias por parte dos educadores dos anos iniciais, tornando esses recursos uma ferramenta de uso esporádico, sem qualidade pedagógica por não estar articulada com o currículo vigente.

Isso posto, vale ressaltar que, para não sucumbir às mudanças exigidas, o coordenador não só precisa atualizar seu conhecimento para oferecer formação continuada em função da extensa exposição aos estímulos audiovisuais que os dispositivos de conectividade proporcionam às crianças, mas também contemplar essa necessidade no planejamento da formação continuada e no trabalho colaborativo com o professor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 8 set. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 8 set. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 8 set. 2023.

BRASIL. **BNCC – Computação**. Anexo ao parecer CNE CEB n.º 2. Brasília. 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/90991-parecer-ceb-2022>. Acesso em: 8 set. 2023.

BRASIL, **Lei n.º 14.533, de 11 de janeiro de 2023**. Brasília, 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis n.ºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm. Acesso em: 8 set. 2023.

COELHO, P. M. F. Formação de professores e integração pedagógica das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC): da usabilidade técnica ao letramento digital. **Revista Científica EccoS**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n58.11014>. Acesso em: 8 set. 2023.

CORDEIRO, A. M. *et al.* Revisão sistemática: uma revisão narrativa. Comunicação científica. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 34, dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>. Acesso em: 24 out. 2023.

COSTA, Carine Rodrigues da; FERREIRA, Rousejanny da Silva. Revisão sistemática sobre letramento digital na formação de professores: desafios e possibilidades. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO (SBIE), 31. , 2020, Online. **Anais...** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2020. p. 282-291. Disponível em: <https://doi.org/10.5753/cbie.sbie.2020.282>. Acesso em: 30 ago. 2023.

DUARTE, P. F. **A formação continuada de professores da Rede Municipal de Fortaleza para o uso de tecnologias digitais**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13215890. Acesso em: 20 set. 2023.

MARTINS, HHR *et al.* Alfabetização digital e formação de professores. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 8, pág. e26311831079, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i8.31079. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31079> . Acesso em: 13 set. 2023.

MARTINS, L. W. **Formação de coordenadores pedagógicos e o uso de tecnologias educacionais: percepções e significados**. 2018. 178 f. Dissertação (Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://dspace.mackenzie.br/handle/10899/25041>. Acesso em: 20 set. 2023.

MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital *onlife*. **Revista UFG**, v. 20, 2020. Disponível em <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/63438>. Acesso em: 8 set. 2023.

ROTHER, T. E. Revisão sistemática x revisão narrativa. Editorial. **Acta Paul. Enfermagem**, v. 20, n. 2, jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 14 set. 2023.

TEZANI, T. C. R. Nativos digitais: considerações sobre os alunos contemporâneos e a possibilidade de se (re)pensar a prática pedagógica. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 19, n. 2, p. 295-307, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/10955>. Acesso em: 9 set. 2023.

XAVIER, J.; PRASS, F. S. Nativos digitais: a análise da contribuição de ferramentas eletrônicas didáticas como auxílio a aprendizagem. **Contemporânea – Revista de Ética e Filosofia Política**, v. 2, n. 4, jul./ago. 2022. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/245/173>. Acesso em: 14 set. 2023.